

A GATA BORRALHEIRA DAS DEMOCRACIAS

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

A opinião pública andou alvoçada, faz menos de um mês, pelas ameaças surgidas contra a liberdade de imprensa em nome dos ídolos que os totalitários costumam invocar nessas horas: segurança nacional, salvação pública, etc. Todos os genuínos democratas se sentiram solidários com o "Diário de Notícias" e se sentiram atingidos pela mesma ameaça e até pelo ultrage que já estava contido na própria ameaça. Mais ou menos na mesma época chegou-nos a notícia da prisão de quatro ilustres e respeitáveis portugueses que cometeram, em Portugal, a indesculpável falta de convidar conferencistas que não são do agrado completo do Doutor Salazar. E pouco antes dessa notícia de Portugal era a notícia da Rússia que punha em cólera o mundo livre. Pasternack era apontado para o Prémio Nobel de literatura, mas o seu romance também não era do agrado completo do doutor Nikita Kruschev.

Tiveram assim os democratas, nesses últimos dois meses, repetidas oportunidades de apurar os critérios, de exercitar os lemas, de apreciar, cada vez melhor, a hediondez dos regimes totalitários que matam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e até a liberdade de agradecer um prémio de mérito literário. Muito bem. Estamos todos de acôrdo a respeito da malignidade e da estupidez desses regimes anti-naturais, e a respeito da dignidade que aquelas liberdades representam. Quando digo todos, refiro-me evidentemente aos cidadãos do mundo livre, estejam onde estiverem. Mas agora permitam-me esses mesmos democratas uma observação que tem mistura de melancolia e de amargor. Há uma liberdade que tem sido esquecida, que tem sido tratada como gata borralheira das democracias, e que sob certos pontos-de-vista é mais fundamental e mais importante do que todas as outras. Nenhum de nós hesita em declarar enérgicamente que não compete ao Estado o monopólio das notícias, dos artigos de fundo e até dos suplementos literários, como é uso na Rússia e em Portugal; mas engulimos sem sinais de repugnância um regime em que o governo dita regras, diretrizes, métodos de educação, e intervém nos menores detalhes do mecanismo do ensino como se o Estado tivesse incontestável e transcendente prioridade em matéria de educação. Em poucas palavras, rejeitamos enérgicamente o monopólio estatal da informação, mas admitimos o da formação. Ora, a mim me parece evidente que esse monopólio, que estatiza e burocratiza o desabrochar das almas, é muito pior, a longo alcance, do que o da imprensa ou da literatura. É uma espécie de deflora-mento espiritual executado burocraticamente. É algo de monstruoso e imbecil, embora a algumas pessoas o fenómeno pareça belo e inteligente.

Mas convém apurar um pouco os conceitos. A liberdade de ensino ou de educação não deve ser vista e reivindicada em termos iguais com os que usamos para a liberdade de imprensa. Não se trata apenas de atender ao direito das famílias, que têm prioridade no processo de educação. Não se trata também de discutir as prioridades de competências. A significação da liberdade de ensino é mais ampla e toca as mais profundas raízes da natureza humana. A bandeira que defendemos não se opõe ao regime vigente apenas no que concerne ao direito de educar ou às prioridades. Opõe-se ao monopólio estatal, à usurpação de competência, mas também se opõe — e isto é muito importante — à uniformidade mecânica de métodos e programas, e sobretudo à idéia de que educação seja um processo de formação, um processo em que há de lado um agente modelador e de outro lado o paciente que nesse processo entra com a carne e os ossos que trouxe dos pais. Não há monopólio de educação e de ensino sem essa funesta filosofia que não leva em conta a alma humana, ou que equipara a natureza específica do homem à sua natureza genérica. Em outras palavras, essa filosofia da educação — a educação formadora ou plasmadora — supõe

postulados brutalmente materialistas.

Em nossa doutrina, educação é uma atividade vital em que predominam as energias imanentes do educando. Ensinar, ou de um modo geral educar, é arte fina e sui-generis que tem de respeitar o trabalho que a alma do aluno tem de fazer por si mesma. É bom professor quem sabe apresentar a verdade, o fato, a coisa a ser aprendida pelo aluno, de tal modo que o aluno a torne coisa sua, digerida, dissolvida na substância da alma. O professor é um interlocutor que se anula à medida que o aluno compreende as coisas, que desaparece à medida que cresce a autonomia intelectual do educando. Um teorema bem compreendido deixou de ser de Thales ou de Pitágoras, e deixou de ser uma mensagem do professor. Entrou com seu clarão próprio na alma do educando que para este teorema já não precisa de ninguém. Educar é um processo que cede terreno ao educar-se.

Essa doutrina que valoriza ao máximo a liberdade do educando foi redescoberta pelos pedagogos da sociedade liberal individualista e colocada em bases distorcidas. Muitos deles, como o pobre Rousseau (que escrevia Emile e depois abandonava os próprios filhos) ou como o admirável Pestalozzi, que viveu para as crianças, talvez julgassem um pouco ingenuamente, que estavam formulando pela primeira vez a doutrina que enaltece o papel do educando e que, numa provocadora fórmula, aconselha o mestre a aprender com o aluno. Na verdade, essa doutrina tem a idade do aristotelismo, e até se quisermos esticar um pouco tem a idade do socratismo. Assimilada pelos escolásticos e transmitida por essa tradição filosófica que a cultura de nosso tempo faz questão de ignorar, chega aos modernos intérpretes do tomisto. O leitor poderá colher enorme proveito na leitura vagarosa e meditada do excelente livro de Jacques Maritain *Education at the Cross roads*, traduzido para o francês por Charles Journet com o título *L'Education à la Croisée des Chemins*, e para o português por Inês Fortes de Oliveira com o título *Rumos da Educação* (ed. AGIR). No segundo capítulo está claramente ensinado o pensamento clássico (e para alguns moderníssimo) sobre o dinamismo da educação, pelo qual se vê que nesse dinamismo o agente principal é a atividade imanente do próprio educando, sendo o mestre — embora eficaz e indispensável — um agente ministerial secundário. Insiste o filósofo em mostrar que o Mestre, ou educador, melhor se compara com o médico do que com o artífice.

Ora, essa doutrina que vale para o dinamismo individual vale também, analogicamente, para o dinamismo social e cultural. Assim como prevalece a imanência do educando no esquema individual, também há de prevalecer a imanência social, analogicamente, para o esquema cultural. Em outras palavras, é inadmissível, para nós democratas, e por mais forte razão para nós discípulos de Maritain, a idéia de uma sociedade educada por um Estado Pedagogo. Mais do que no esquema individual, em que a criança estando na estaca zero exige o paternalismo educacional que aos poucos se despede, no esquema social não há lugar nenhum para esse paternalismo estatal. Em outras palavras, mais do que no caso individual, uma sociedade se educa a si mesma. Por seus grupos, pelas espontaneidades e experiências que formam a rica trama de uma sociedade, pela hierarquia dos valores pessoais que essa sociedade produz, pelas instituições, por tudo isto que forma a atividade interna de uma sociedade, ela se educa e produz uma geral elevação do nível humano. É essa atividade própria, essa espontaneidade, essa riqueza social que o monopólio estatal de ensino e educação tende a destruir; e é em defesa desses grupos, dos colégios autônomos, dos órgãos culturais que formam uma sociedade sadia, é em defesa da natureza das coisas que nos batemos quando reivindicamos liberdade de educação e de ensino. Tenho até a tentação de dizer que não é para exercer essa atividade que nós nos ba-

temos por ela e sim para não deixar que o Estado a exerça, porque o ensino estatizado, seja qual for o governo, seja quem for o Ministro da Educação, ou o da Guerra, (já que aqui no Brasil o da Guerra se pronuncia sobre todas as coisas) seja presidencialista ou parlamentarista o regime, o Estado não pode ser Pedagogo. Educação e ensino, meus amigos é coisa fina demais para ministérios. Não pode ser enquadrada em portarias, em decretos, podendo, quando muito, ser ajudada pelo governo e fiscalizada no que concerne aos costumes. Educação é obra de amor. Mas pelo amor de Deus não imaginem que eu esteja fazendo uma frase literária. É uma pena que o amor tenha sido expulso das cidades que os homens estão tentando edificar como réplica à cidade de Deus. Mas isto é outra história... Educação é obra de amor, dizia eu, e por isso é coisa mais parecida com namoro, noivado, casamento do que com uma obra de engenharia. Contrariando as convicções respeitabilíssimas do professor Guddin, por quem tenho grande admiração, posso admitir perfeitamente que o Estado seja capaz de monopolizar a exploração do petróleo. Mas não posso imaginar de modo algum, a não ser em horas de pesadêlo, um Estado que tenha diretrizes para namorados e normas para noivos e esposos. Ora, torno a dizer, educar é coisa infinitamente mais parecida com namorar do que com abrir túneis ou organizar paradas militares.

É por essas e outras que estou acompanhando com o maior interesse o substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda para as diretrizes e bases da educação. Pela primeira vez, há trinta anos, aparece um vislumbre de esperança de liberdade. O substitutivo coloca bem o problema e representa, a meu ver, a melhor contribuição que se poderia trazer para este desventurado país. Encontrará ressonância nos espíritos que se dizem democratas, ou continuará a liberdade de ensino a ser a Gata Borralheira de nossa triste democracia?